

REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacheco: “Todos foram atendidos”

Presidente do Senado diz que há “maturidade” para aprovar o texto amanhã, em plenário. Parlamentar nega rugas com o governo e com o Supremo

» RENATO SOUZA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que, neste momento, está em andamento uma etapa de “intensa negociação” para a aprovação da reforma tributária. De acordo com o parlamentar, a intenção é de que o texto passe sem alterações relevantes pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — onde acordos têm sido feitos para agilizar a apreciação — e siga para votação em plenário amanhã.

Pacheco destacou que todos os setores da sociedade interessados no debate sobre a reforma tributária estão sendo atendidos e disse esperar que ocorram poucas alterações no texto do relator, o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Conforme o parlamentar, existe uma preocupação na Casa sobre a fixação da alíquota padrão, estimada em 27,5%. No entanto, declarou que a definição sobre a alíquota pode ficar para depois da aprovação, sendo fixada por meio de lei complementar.

“Considero que é um grande êxito termos hoje uma maturidade para poder aprovar uma reforma tributária que, repito, se não resolve todos os problemas e se não é totalmente perfeita, chegou no ponto máximo de diálogo, de amadurecimento, de participação de todos”, frisou. “Não há nenhum setor no Brasil que não tenha debatido a reforma no Congresso. Todos foram atendidos. Todos os entes federados também”, acrescentou, ressaltando o diálogo com os governadores.

De acordo com Pacheco, o cronograma estabelecido é de apreciação na CCJ hoje de manhã. “Pronto na CCJ, encaminharemos ao plenário. A pauta prevista para o plenário é na próxima quarta-feira, sem prejuízo de reservarmos a quinta-feira, caso seja necessário prolongar a apreciação da reforma tributária”, explicou.

Crises

As declarações de Pacheco ocorreram em evento do BTG Pactual, que contou, também, com a participação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O chefe do Senado negou que haja rugas com o governo, ou que as pautas do Executivo ficassem prejudicadas em razão de alguma indisposição do Planalto com o Parlamento.

“Não há nenhum tipo de crise. Considero que há, obviamente, pontos de vista que devem ser afirmados pelo Legislativo. Nosso papel é esse, nosso papel não é o de concordar inteiramente com o Poder Executivo. Isso é a essência da democracia”, argumentou.

Apesar da declaração de Pacheco, o Senado refutou o nome do defensor público Igor Roque para a chefia da Defensoria Pública da União (DPU) — foram 38 votos contra e 35 a favor. O governo entendeu a rejeição como um recado.

O senador ainda negou tensão com o STF, mesmo tendo aceitado colocar em debate uma série de medidas legislativas que tentam alterar o funcionamento da Corte, como a limitação das decisões monocráticas dos ministros. Também se discute no Parlamento a limitação dos chamados pedidos de vista, quando um magistrado pede mais tempo para analisar uma ação.

Segundo Pacheco, o que está em discussão é um “aprimoramento”. “No Parlamento, talvez eu tenha sido o que mais defendeu o STF nesses momentos de crise. Me incomoda muito as críticas de quem, às vezes, fala sem ter a menor noção do que está falando”, reprovoou.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Pacheco: “Nosso papel não é o de concordar inteiramente com o Executivo”

INFORME PUBLICITÁRIO

Saiba mais:



Vamos lutar para que não exista qualquer restrição ao parcelamento sem juros.

A Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS), coalizão suprapartidária composta por 178 deputados e 25 senadores, que tem o objetivo de formular políticas públicas de apoio e defesa do setor de comércio e serviços, reafirma categoricamente seu apoio à manutenção do parcelamento sem juros no Brasil. Consideramos que essa é uma prática intrínseca à realidade econômica e ao bem-estar financeiro de milhões de brasileiros.

As discussões em torno da Lei 14.690/2023 – “Lei do Desenrola” – destacaram a necessidade de a população brasileira se libertar das altas taxas de juros do cartão de crédito. E, ao mesmo tempo, tanto a Câmara quanto o Senado entenderam a importância de fazê-lo preservando o parcelamento sem juros.

Esse mecanismo tem sido uma ferramenta crucial para o consumidor brasileiro, possibilitando a aquisição de bens e serviços de maneira mais acessível e contribuindo para a movimentação da economia. A ideia de mudanças no modelo existente foi analisada com cuidado pelas duas casas e rechaçada nas manifestações dos relatores, deputado Alencar Santana e senador Rodrigo Cunha. Isso ilustra o entendimento consensual sobre a relevância de manter o benefício.

Por isso, a FCS, alinhada ao desejo da população e reconhecendo a essencialidade do parcelamento sem juros, defende com veemência sua continuidade. Reiteramos que somos completamente contrários a qualquer tentativa de impedir ou dificultar essa prática. Qualquer iniciativa contrária ignora sua significativa contribuição ao bem-estar financeiro dos cidadãos e ao equilíbrio do mercado, e preocupa-nos, portanto, que ainda haja discussões que pretendam alterar o parcelamento sem juros.

Reafirmamos nosso compromisso com políticas que favoreçam o cidadão e o setor comercial. Continuaremos vigilantes, assegurando que o parcelamento sem juros permaneça como um direito dos consumidores brasileiros.

Deputado Domingos Sávio
Presidente da FCS na Câmara dos Deputados

Senador Efraim Filho
Presidente da FCS no Senado

